

FRONTEIRA

PDM

REVISÃO DO PLANO
DIRETOR MUNICIPAL

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

RELATÓRIO AMBIENTAL

Fase 2 | Resumo Não Técnico

Rev. 01

JUNHO 2026



*Município
de Fronteira*





(página propositadamente deixada em branco)



Equipa Técnica

Coordenação Geral:

Susana Morais | Arquiteta Paisagista

Equipa Técnica:

Ana Mendes Gomes | Engenheira do Ambiente

Cristina Santos | Engenheira do Ambiente

Joana das Neves | Engenheira do Ambiente

Manuel Bento | Geógrafo

Maria Maurício | Arquiteta Paisagista



(página propositadamente deixada em branco)



ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 OBJETIVO DE AVALIAÇÃO: O QUE SE AVALIOU?.....	9
3 ESTRATÉGIA DE ORDENAMENTO DO MUNICÍPIO DE FRONTEIRA	10
3.1 Riscos e Desafios do Concelho	10
3.2 Eixos Estratégicos	13
4 OBJETIVO E METODOLOGIA: COMO SE AVALIOU?.....	15
5 FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	17
6 ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO MODELO TERRITORIAL POR FATOR CRÍTICO PARA A DECISÃO	18
6.1 Principais Tendências	18
6.2 Principais Oportunidades e Riscos decorrentes da Proposta de Revisão do Plano	24
7 MEDIDAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO	29
8 INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO	30
9 CONCLUSÃO SOBRE O DESEMPENHO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE DA PROPOSTA DE PLANO	31

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Medidas de planeamento e gestão para o FCD1 – Vulnerabilidades e Equilíbrio Ambiental	29
Quadro 2 – Medidas de planeamento e gestão para o FCD2 – Qualificação do Território e Mobilidades	29
Quadro 3 – Medidas de planeamento e gestão para o FCD3 – Diversificação Económica e Identidades	29
Quadro 4 – Medidas de planeamento e gestão para o FCD4 – Desenvolvimento Humano e Governança.....	29

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Localização regional e administrativa de Fronteira.....	9
Figura 2 – Síntese da metodologia seguida na Avaliação Ambiental da Proposta de Revisão do PDM de Fronteira	15



Lista de Siglas

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ARS	Administração Regional de Saúde
CMF	Câmara Municipal de Fronteira
DA	Declaração Ambiental
DL	Decreto-Lei
DR	Diário da República
EE	Eixos Estratégicos
EEM	Estrutura Ecológica Municipal
ERA	Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Infraestruturas de Portugal, S. A.
ITM	Índice de Transparência Municipal
NUT	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PDM	Plano Diretor Municipal
PDMF	Plano Diretor Municipal de Fronteira
PROTA	Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo
QA	Questões Ambientais
QAS	Questões Ambientais e de Sustentabilidade
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégico
RA	Relatório Ambiental
RAF	Relatório Ambiental Final
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RAP	Relatório Ambiental Preliminar
REN	Reserva Ecológica Nacional
RFCD	Relatório de Fatores Críticos para a Decisão
RJAAE	Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica
RJIGT	Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial
RNT	Resumo Não Técnico
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
RU	Resíduos Urbanos
ULSNA	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.



1 | INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o **Resumo Não Técnico (RNT)** do Relatório Ambiental (RA) pós-consulta institucional da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Fronteira (PDMF).

A Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Fronteira encontra-se sujeita a um processo de AAE, de acordo com a legislação em vigor¹.

A Câmara Municipal de Fronteira (CMF) é legalmente responsável pela elaboração da AAE, nomeadamente pela Definição do seu Âmbito, Relatório Ambiental, Resumo Não Técnico e pela produção da Declaração Ambiental (DA) que é entregue à Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

O objetivo da Avaliação Ambiental Estratégica consiste em apoiar a decisão relativamente a um plano ou programa, através da identificação, descrição e avaliação dos efeitos ambientais, de forma a determinar as oportunidades e riscos que esse plano ou programa apresenta para um desenvolvimento sustentável. Para isso foi identificado um conjunto de Fatores Críticos para a Decisão (FCD) que ajudaram a estudar e analisar os temas que são mais importantes e relevantes para o Plano, em termos de ambiente e sustentabilidade. A Avaliação Ambiental Estratégica avaliou os objetivos e as propostas do modelo territorial e propostas de ação desenvolvidos no âmbito da Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Fronteira usando esses Fatores Críticos para a Decisão. Como resultado da Avaliação Ambiental Estratégica, foram propostas diretrizes para apoiar a implementação da Proposta de Plano.

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica, foi apresentado, na 1ª Fase, o Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD), datado de abril de 2023, onde foram identificados os Fatores Críticos para a Decisão e respetivos critérios de avaliação. A definição de âmbito foi alvo de consulta por parte das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE). Na sequência da elaboração do RFCD, foi apresentado o Relatório Ambiental Preliminar, que foi sujeito à apreciação da ERAE.

O presente Resumo Não Técnico (RNT) acompanha o Relatório Ambiental (RA) pós-consulta institucional da Avaliação Ambiental Estratégica da Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Fronteira. O Relatório Ambiental (RA) reflete todas alterações entretanto efetuadas no Plano, bem como as recomendações provenientes das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE)

No Resumo Não Técnico apresenta-se, de uma forma acessível e sintética, os objetivos, metodologia e principais resultados da avaliação ambiental da Proposta de Plano.

Pretende-se que os resultados da Avaliação Ambiental Estratégica constituam uma constatação do esforço de integração das questões ambientais e de sustentabilidade no processo de planeamento, com

¹ Visando dar cumprimento ao estipulado no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio e ao Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial).



vista à produção da versão final da Proposta de Plano, salientando-se o papel de facilitador que a Avaliação Ambiental Estratégica desempenhou neste processo, através do alerta para situações de risco e de situações de oportunidade ambiental e de sustentabilidade.

2 | OBJETIVO DE AVALIAÇÃO: O QUE SE AVALIOU?

O concelho de Fronteira situa-se no distrito de Portalegre e é delimitado a norte por Alter do Chão, a este por Monforte, a sul por Estremoz e Sousel e a oeste por Avis. Em termos estatísticos enquadra-se na região do Alentejo (NUT II), na sub-região do Alto Alentejo (NUT III).

O Município de Fronteira, com sede na cidade de Fronteira, abrange uma superfície de 248,58 km² e apresentava em 2021, 2 858 habitantes² e uma densidade populacional de 11,50 hab/km².

O Concelho de Fronteira é composto, por três freguesias, conforme figura seguinte: Cabeço do Vide, Fronteira (sede de concelho) e São Saturnino.

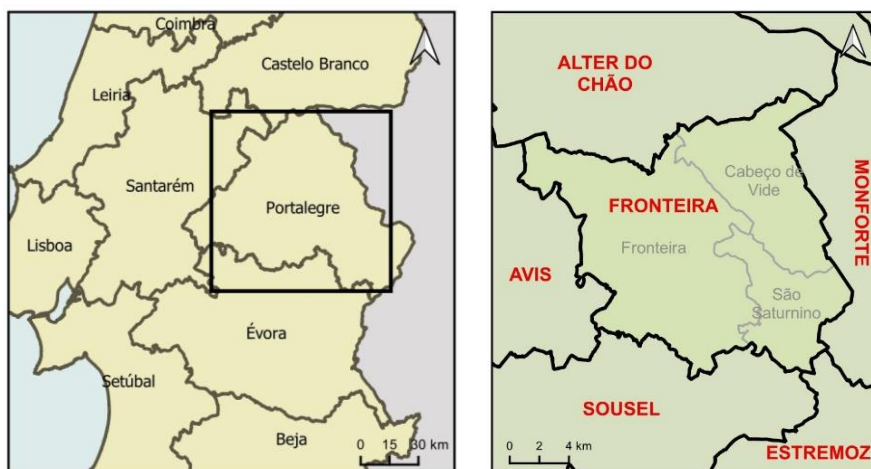


Figura 1 – Localização regional e administrativa de Fronteira

Fonte: CAOP 2022

² De acordo com os dados do INE (Censos 2021).



3 | ESTRATÉGIA DE ORDENAMENTO DO MUNICÍPIO DE FRONTEIRA

3.1 | Riscos e Desafios do Concelho

De acordo com a Estratégia de Revisão do PDM de Fronteira, projeta-se, no horizonte 2035, para o concelho de Fronteira um conjunto de riscos e desafios, sendo identificados seguidamente os principais:

Riscos

- Grande suscetibilidade à desertificação;
- Potencial agravamento da vulnerabilidade climática no concelho, em resultado das alterações climáticas, perspetivando-se, aumento da temperatura média, diminuição generalizada da precipitação média anual, diminuição da velocidade máxima do vento e acréscimo da variação média de radiação global;
- Tendência de perda populacional;
- Incapacidade de renovação populacional no concelho;
- Decréscimo tendencial do número de nascimentos;
- Envelhecimento da estrutura populacional concelhia, com uma baixa representatividade dos escalões reprodutivos - 10% de população jovem e 34% de população idosa (2021);
- A proporção de população estudante que sai do concelho é ligeiramente superior à população empregada;
- Em 2021 verificou-se uma contração das deslocações intraconcelhias – menor autonomia funcional interna;
- Em 2021, o saldo entre entradas e saídas foi negativo - diminuição da atratividade concelhia;
- Predominância do transporte individual;
- Ausência de uma oferta de transporte público ajustada às dinâmicas sociais e funcionais e capaz de satisfazer as necessidades da comunidade (Fronteira apenas dispõe de serviço de transporte rodoviário);
- Grande número de arruamentos urbanos ou não dispõe de passeios ou, quando existem, possuem largura útil manifestamente insuficiente para que a circulação se faça em condições de conforto e segurança para o peão;
- Apesar de ao longo dos anos terem vindo a ser feitas intervenções (manutenção e beneficiação) em algumas vias, persistem constrangimentos ao nível quer da acessibilidade (interna e externa), quer das condições estruturais e funcionamento da rede rodoviária;
- A conectividade interna encontra-se fortemente condicionada pela interdição e condicionamento de circulação em alguns eixos viários;
- A acessibilidade nacional a Fronteira está condicionada pelos atrasos na concretização de alguns itinerários da rede rodoviária nacional, assegurada por vias que em parte do seu traçado não garante padrões de utilização e mobilidade adequados a estas funções.
- Tendência de quebra do potencial turístico no concelho;



- Território cada vez mais dependente de fundos de investimento;
- Agravamento dos desequilíbrios territoriais;
- Fronteira tem um reduzido peso da população ativa face à restante população (crianças, jovens e inativos);
- Em 10 anos, a taxa de atividade concelhia reduziu 3,1%;
- No concelho verifica-se uma desigualdade entre homens e mulheres - menor taxa de atividade e maior taxa de desemprego femininas;
- Nos últimos 20 anos, verificou-se uma redução do peso do setor primário e um aumento do peso do setor terciário no concelho;
- Entre 2011 e 2021, a população ativa empregada no concelho reduziu em 178 indivíduos;
- 20% da população possui o ensino secundário ou pós-secundário;
- Apenas 10% da população possuiu o ensino superior;
- 22 dos 66 fogos de habitação social do município necessitam de obras de reabilitação;
- As águas residuais de parte da população, nomeadamente população isolada, são conduzidas a fossas sépticas individuais.

Desafios

- Concelho afetado pelo fenómeno da desertificação;
- Riscos naturais presentes no concelho: ondas de frio, secas, ondas de calor, sismos, cheias, seca, suscetibilidade do território à desertificação, sismos e deslizamentos/acidentes geomorfológicos;
- Riscos tecnológicos presentes no concelho: acidentes industriais, acidentes com transporte de matérias perigosas e incêndios urbanos;
- Fronteira não dispõe de uma EEM;
- Baixo volume de resíduos urbanos recolhidos seletivamente;
- Elevado volume de perdas reais de água que entrou no sistema;
- Percentagem de água segura (água controlada e de boa qualidade) insatisfatória;
- Inexistência de produção de energia com recurso a fontes renováveis;
- Não há serviço de abastecimento de gás natural no concelho;
- A evolução demográfica do concelho tem sido marcada pelo progressivo e generalizado declínio demográfico;
- A densidade demográfica do concelho reduziu para apenas 11 hab/km² em 2021;
- A freguesia de São Saturnino tem apenas 6 hab/km²;
- Vale de Seda e Sulfurea são os polos com menor número de habitantes;
- Taxas negativas de crescimento natural e migratório ao longo dos últimos anos;
- A taxa de natalidade é baixa e superior à registada no Alto Alentejo;
- A taxa de mortalidade é superior à da natalidade e também superior à registada no Alto Alentejo;
- Aumento do número de idosos por cada 100 ativos;



- Aumento do índice de dependência total, o qual subiu ligeiramente;
- Expressivo aumento do índice de envelhecimento;
- Em alguns alojamentos isolados, o abastecimento é assegurado com recurso a furos particulares;
- Em 2021, 66,6% da água que entrou no sistema foi considerada como perda real;
- São Saturnino é o único aglomerado concelhio que não se encontra servido por rede de drenagem e sistema de tratamento de águas residuais;
- Ausência de rede separativa de águas pluviais;
- A capitação de resíduos urbanos no município é de 1,69 kg/hab.dia, valor acima da meta nacional de 1,13 kg/hab.dia (2020);
- Elevada dependência do transporte individual;
- Em 2021 apenas 7,1% da população utilizava transporte público;
- Em 2021 apenas 10 pessoas utilizam a bicicleta diariamente (76% do total das deslocações);
- O trânsito encontra-se interdito e/ou condicionado em troços da EN245 e ER243 - situação que fragiliza a conectividade intermunicipal (principalmente nos acessos a Vale de Seda e São Saturnino);
- Em 2021, Fronteira apresentou uma maior criação de empresas nas atividades ligadas ao setor primário e nas atividades administrativas e dos serviços de apoio;
- O concelho, à data de 2021, apresentava maior proporção de empresas e de emprego gerado na agricultura, produção animal, caça e floresta, com proporções bastante superiores (35,7% e 32,5%, respetivamente) tanto às registadas pelo Alto Alentejo (25,8% e 18,9%) como pelo próprio Alentejo (22,8% e 21,4%);
- No período compreendido entre 2011 e 2021, verificou-se um aumento do número de empresas instaladas no concelho, na ordem dos 14%, que foi praticamente acompanhado pelo respetivo crescimento do emprego. O aumento do número de empresas, reflete, essencialmente, a criação de empresas unipessoais;
- O Volume de negócios (€) e o VAB (€) aumentaram, entre 2011 e 2021, cerca de 23% e 95%, respetivamente;
- Os setores que mais se destacam ao nível do volume de negócios foram o “Transporte e Armazenagem”, as “Atividades de saúde humana e apoio social” e a “Agricultura, produção animal, caça e floresta”; com exceção das “Indústrias transformadoras, que registaram um ligeiro acréscimo, todos os outros setores de atividade registaram redução da proporção do volume de negócios;
- 98,4% das empresas concelhias são microempresas, 6 são pequenas empresas e apenas uma é média empresa;
- O setor turístico em Fronteira tem um desenvolvimento incipiente e pouco expressivo (representa apenas 1% do turismo do Alto-Alentejo);
- Fronteira dispõe de apenas quatro empreendimentos turísticos que permitem uma oferta de 24 unidades de alojamento e uma capacidade para 52 pessoas;



- A procura/visitação de focos de interesse turístico, tanto naturais, como culturais e recreativos apontam para uma expressiva procura exterior;
- O Concelho apresenta uma riqueza assinalável em termos de património cultural (imóveis classificados e em vias de classificação e património arqueológico);
- Ao nível de emprego, o subsector “alojamento, restauração e similares” perdeu importância, registando uma quebra em 2021 – o número de empresas deste subsector também diminuiu;
- 41% dos residentes desenvolvem atividade económica, 49% não desenvolvem qualquer atividade económica;
- Taxa de desemprego concelhia de 6,3%;
- 41% da população residente possui mais do que o 1º ciclo do ensino básico;
- 15% não possui qualquer nível de ensino;
- Taxa de cobertura total dos equipamentos e serviços municipais de apoio à terceira idade apenas garante 39% da população com mais de 65 anos;
- Os equipamentos de saúde municipais enquadram-se exclusivamente no âmbito dos cuidados de saúde primários.

3.2 | Eixos Estratégicos

Foram definidos 5 Eixos Estratégicos (EE) de acordo com os principais desafios territoriais do concelho de Fronteira, considerando o território como o referencial, onde se integram todos os domínios que determinam as suas opções de planeamento e ordenamento. Logo, os EE são transversais entre si e contribuem para a definição dos objetivos que permitem a solução dos problemas ou a mitigação das consequências dos mesmos. Os EE correspondem a:

EE1. Revitalização demográfica - mais capacitação dos cidadãos e coesão social:

- Inverter a situação demográfica é uma tarefa impossível considerando o saldo natural negativo e a não renovação de população, pelo que a solução passará pela aplicação de medidas de revitalização demográfica, para atrair população e fixar os atuais residentes e as gerações futuras;
- A capacitação dos cidadãos pretende reforçar a qualificação dos recursos humanos para melhorar o desempenho dos atores sociais e económicos, em particular a população em idade ativa, com novas oportunidades de emprego e de inovação empresarial. Para o reforço desta capacitação deve quebrar-se o isolamento das comunidades, reforçando os serviços de proximidade, os designados serviços de interesse geral, para um melhor desempenho da sua cidadania e autonomia na tomada de decisão.

EE2. Resiliência - diversificação das dinâmicas socioeconómicas:

- Apostar na dinamização económica assente nos recursos biofísicos e endógenos do território. Os objetivos são: i) de complementaridade entre as dinâmicas em espaço rural, da agricultura, ao turismo, ao agroalimentar e agroindustrial, à produção de energias renováveis, à valorização dos



serviços dos ecossistemas, ao património natural, cultural, material e imaterial; ii) a identidade local como fator de competitividade e uma marca do território que lhe confere resiliência; iii) atração de novos públicos alargando a base económica e social; iv) Inovação dos processos produtivos e de comercialização, enquadrada nos objetivos da transição digital e climática.

EE3. Sustentabilidade - mais qualidade ambiental:

- Contribuir para os objetivos da Transição climática através da gestão eficiente dos recursos, num processo holístico, como consequência da aplicação dos eixos anteriores. Os objetivos são implementar novas dinâmicas em espaço rural que contribuam para a diversidade da atividade económica e estas, por sua vez, para a preservação dos seus recursos naturais e endógenos, bem como um correto uso e ocupação do solo. A qualidade ambiental como marca de referência do concelho de Fronteira que se complementa com um recurso único, as águas termais de Cabeço de Vide que, associado ao conceito de saúde e bem-estar, permitirá o aumento da atratividade e fixação de novos públicos. A capacitação do seu tecido socioeconómico para novas áreas de formação nos domínios identificados e em parceria com centros de investigação, universidades e politécnicos permitirá atrair novos residentes.

EE4. Conetividade territorial - reforçar o sistema urbano-rural:

- Promover a articulação entre o sistema urbano e o rural e a forma como se articulam os territórios, ao nível das suas infraestruturas, equipamentos, recurso humanos e físicos, para a aproximação dos territórios e o reforço da sua competitividade em contextos mais alargados. O objetivo é o reforço da coesão territorial, dotando-o das infraestruturas e equipamentos que permitam o acesso dos seus cidadãos aos serviços de proximidade, contribuindo para diminuir as assimetrias regionais e melhorar a qualidade de vida das comunidades. A mobilidade, a rede viária, energética e de telecomunicações, bem como a descentralização de serviços do sistema urbano policêntrico implica o reforço da equidade na distribuição de infraestruturas e equipamentos.

EE5. Governança - uma nova cultura de território:

- Incrementar uma cidadania ativa e os níveis de participação pública, em paralelo com as iniciativas para a capacitação do tecido social, reforço da informação e colaboração no processo de desenvolvimento local. O objetivo é a participação dos cidadãos na tomada de decisão valorizando a sua identidade sociocultural e permitindo a sua preparação como atores da mudança.

4 | OBJETIVO E METODOLOGIA: COMO SE AVALIOU?

O objetivo da AAE é avaliar de que forma os eixos estruturantes de desenvolvimento da Proposta de Revisão do PDM de Fronteira respondem aos problemas ambientais e de sustentabilidade críticos do concelho de Fronteira, e quais os riscos e oportunidades que poderão originar no futuro.

A metodologia para a AAE da proposta de revisão do PDM de Fronteira visa cumprir o disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual, assim como boas práticas publicadas em matéria de AAE, com o intuito de integrar considerações de sustentabilidade nas decisões de longo prazo, na Proposta de Revisão do PDM de Fronteira e também validar estas recomendações através da consulta pública e institucional. Esta abordagem é focada em prioritários FCD, temas estrategicamente críticos que, ajudam a analisar os temas que são mais importantes e relevantes para o Plano, em termos de ambiente e sustentabilidade.

A metodologia seguida na AAE da Proposta Revisão do PDM de Fronteira teve três fases principais, representadas sinteticamente na Figura 2.

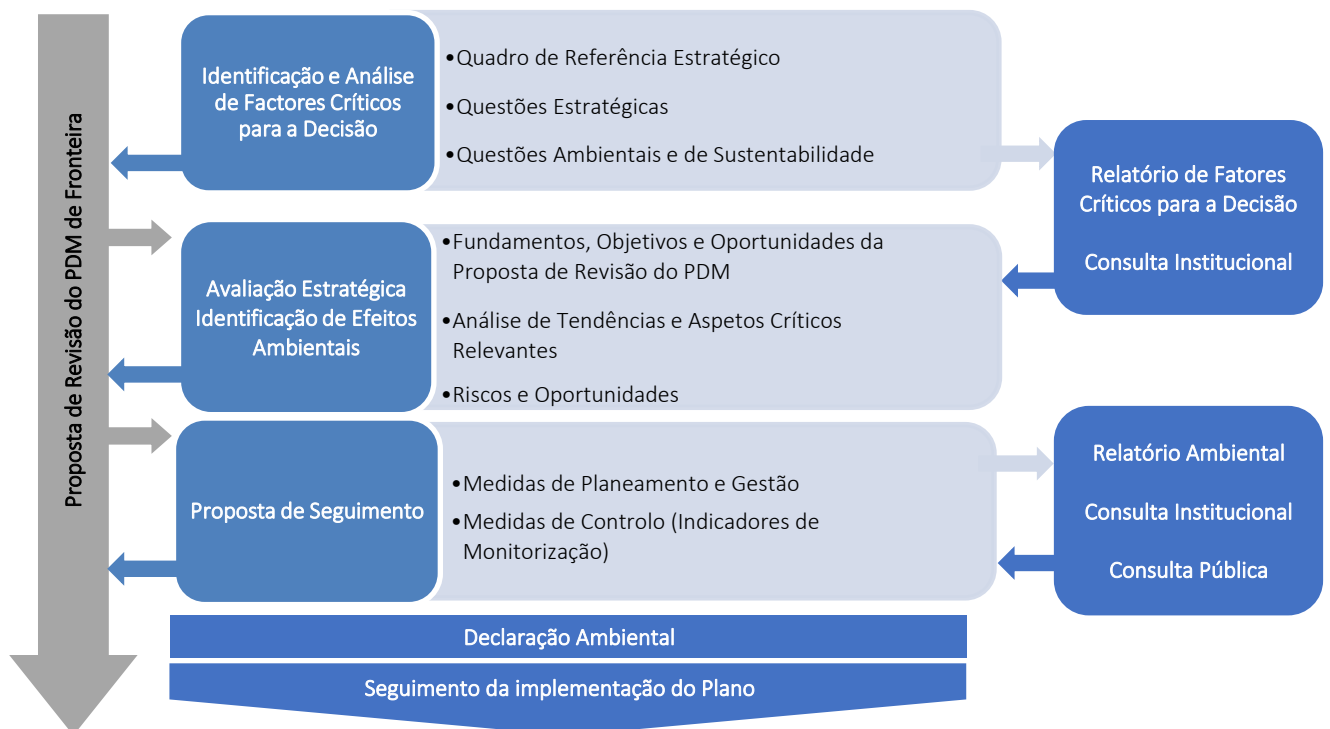


Figura 2 – Síntese da metodologia seguida na Avaliação Ambiental da Proposta de Revisão do PDM de Fronteira

A Fase 1 da AAE traduziu-se na Definição de Âmbito, onde foi realizada a focagem da AAE, através da identificação dos Factores Críticos de Decisão (FCD), que constituíram os principais pontos de análise da AAE, uma vez que identificam os temas estratégicos críticos na área de intervenção que podem refletir o maior ou menor sucesso da Proposta de Revisão do PDM de Fronteira.



Na Fase 2 procedeu-se à elaboração do Relatório Ambiental, no qual se efetuou a avaliação dos eixos e objetivos estratégicos propostos, bem como a avaliação do modelo territorial, ou seja, a expressão das estratégias no modelo territorial, tendo em conta as normas orientadoras gerais, por critério de avaliação, onde se procurou identificar os riscos e as oportunidades ambientais e para a sustentabilidade decorrentes das propostas territoriais do modelo.

Na Fase 3, após a aprovação do plano, é emitida uma Declaração Ambiental (DA), documento público onde se sintetizam as informações mais relevantes do processo de AAE, a forma como foram incorporadas no plano, as recomendações da avaliação, as medidas de monitorização a implementar, e os contributos das consultas institucional e pública. Findo este processo e emitida a DA, inicia-se, por parte da entidade promotora da Proposta de Revisão do PDM de Fronteira, a fase de seguimento, que corresponde à avaliação e controlo da implementação do Plano.



5 | FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

No âmbito da AAE da Proposta de Revisão do PDM de Fronteira foi apresentado na 1ª Fase, o RFCD (maio de 2023), onde foram identificados os FCD e respetivos critérios de avaliação. A definição de âmbito foi alvo de consulta por parte das ERAE, pelo que o quadro de avaliação apresentado no Anexo 1 incorpora os vários contributos relevantes recebidos e a respetiva tradução no presente RAP³.

Os FCD adotados foram considerados decisivos para o desenvolvimento da análise e no processo de decisão estratégico.

Apresentam-se seguidamente os quatro FCD identificados, assim como a justificação da sua pertinência na AAE:

- **FCD1 – VULNERABILIDADES E EQUILÍBRIO AMBIENTAL**
 - > Analisa o modo como o Plano adota medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, considerando a vulnerabilidade do território a riscos naturais. Além disso, avalia os seus impactos na conservação da biodiversidade, assegurando a qualidade ambiental, o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção de áreas naturais e paisagísticas.
- **FCD2 – QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO E MOBILIDADES**
 - > Avalia como o Plano contribui para a valorização territorial, promovendo o equilíbrio entre áreas rurais e urbanas e a qualificação dos seus aglomerados. Também analisa o planeamento urbano e rural em relação às infraestruturas existentes e previstas, buscando melhorar a eficiência dos sistemas de abastecimento de água e saneamento. Avalia também o impacto do Plano na mobilidade e acessibilidade, com foco no fortalecimento do transporte público e das ligações internas do concelho, favorecendo a atratividade territorial e a fixação da população.
- **FCD3 – DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA E IDENTIDADES**
 - > Avalia o impacto do Plano no desenvolvimento económico do concelho, promovendo a valorização dos recursos locais e a diversificação das atividades económicas para atrair novos investimentos. Também analisa a estratégia para captar investimentos sustentáveis no setor turístico, criando sinergias entre a preservação do património natural e cultural e o crescimento económico, reforçando a identidade e singularidade do município.
- **FCD4 – DESENVOLVIMENTO HUMANO E GOVERNANÇA**
 - > Avalia a forma como o Plano contribui para o crescimento e fixação da população, especialmente dos jovens qualificados, e para a redução do desemprego, pobreza e desigualdades sociais, melhorando as condições de vida. Além disso, avalia seu papel na participação da população nas decisões e no desenvolvimento do concelho, promovendo uma sociedade mais ativa e informada.

³ Tendo sido objeto de consultas às entidades que, “em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano”, conforme estipulado no artigo 3º do DL 232/2007 alterado pelo DL 58/2011.



6| ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO MODELO TERRITORIAL POR FATOR CRÍTICO PARA A DECISÃO

6.1| Principais Tendências

As **principais tendências**, por FCD, identificados na área de intervenção do Plano, são:

FCD1 – VULNERABILIDADES E EQUILÍBRIO AMBIENTAL

- Em Fronteira, o clima é temperado chuvoso e moderadamente quente, com chuvas preponderantes de Inverno e um verão quente e seco;
- Em cenário de alterações climáticas, para o Alto Alentejo, projeta-se um aumento da temperatura média, a diminuição generalizada da precipitação média anual, a diminuição da velocidade máxima do vento e espera-se que a variação média da radiação global seja de acréscimo;
- Em Fronteira, identificam-se os seguintes principais riscos naturais: cheias, seca, suscetibilidade do território à desertificação, sismos e deslizamentos/acidentes geomorfológicos;
- Como riscos tecnológicos identificam-se no concelho: acidentes industriais, acidentes com transporte rodoviário de matérias perigosas e incêndios urbanos;
- No que se refere aos riscos mistos, observa-se o risco de incêndios rurais e a degradação e contaminação de aquíferos e águas superficiais.
- Fronteira não dispõe de uma EEM – será integrada com a Revisão do PDM;
- Encontram-se em Fronteira os principais biótopos que ocorrem no Alentejo: biótopos florestais – montado de sobro e azinho e vegetação ripícola – zonas estepárias associadas às culturas extensivas de sequeiro; zonas ripícolas e lacustres (rios, ribeiras, lagoas e albufeiras); zonas de matagal; e biótopos agrícolas.
- Em 2021, em Fronteira houve uma proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente de 18%;
- Em 2021, a acessibilidade ao serviço de recolha seletiva era satisfatória – 80,1%;
- Crescentes preocupações do município em aumentar a quantidade de resíduos reciclados e tratados;
- Em 2021, existiu um elevado volume de perdas reais de água que entrou no sistema – 66,6%;
- Em 2021, a percentagem de água segura (água controlada e de boa qualidade) correspondeu a 84,86% – valor considerado insatisfatório;
- Ao nível dos recursos hídricos superficiais, os principais cursos de água do concelho (Ribeira Grande e Ribeira de Sarrazola) apresentam pressões qualitativas.
- Relativamente às massas de água subterrânea, a massa de água Monforte - Alter do Chão foi alvo de testes, sendo que o teste da avaliação global do estado químico teve como resultado medíocre e o teste de proteção das águas de consumo também teve como resultado medíocre.



- No concelho existem 2 áreas de recursos hidrominerais: Termas da Sulfúrea e Água das Fontainhas, ambas a nordeste de Cabeço de Vide;
- No concelho existe uma concessão mineira de quartzo e feldspato, sul de Vale de Seda, com uma área total de 50 ha, contudo não se encontra em exploração.

FCD2 – QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO E MOBILIDADES

- A evolução demográfica do concelho tem sido marcada pelo progressivo e generalizado declínio demográfico;
- A população residente no concelho concentrada em cinco aglomerados - Vale de Seda e Sulfúrea têm muito pouca expressão demográfica;
- A contribuição em termos populacionais nas freguesias, existe uma maioritária concentração populacional na freguesia de Fronteira (59,3%), sendo secundada pela freguesia de Cabeço de Vide (32,4%) e por São Saturnino (8,2%);
- A população que vive isolada (população dispersa pelo território) não atinja as 1,5 centenas de habitantes, em 2021;
- No concelho regista-se um decréscimo tendencial do número de nascimentos;
- Ao longo dos últimos anos, verificaram-se significativas taxas negativas de crescimento natural e migratório;
- A taxa de natalidade é baixa e superior à registada no Alto Alentejo;
- A taxa de mortalidade é superior à da natalidade e também superior à registada no Alto Alentejo;
- Verifica-se uma incapacidade de renovação populacional no concelho - o saldo natural tem subsistido negativo e o saldo migratório foi negativo entre 2011 e 2015;
- A estrutura populacional concelhia é envelhecida, com uma baixa representatividade dos escalões reprodutivos;
- Em Fronteira, nas últimas décadas, assistiu-se a uma diminuição muito significativa da população jovem, a uma diminuição ligeira da população em idade ativa e a aumento bastante acentuado do grupo dos idosos;
- A freguesia de São Saturnino é a mais envelhecida e a de Fronteira é a que apresenta a maior percentagem de população em idade ativa e a menor percentagem de idosos;
- A ocupação do solo do concelho, divide-se maioritariamente entre áreas agrícolas e espaços florestais;
- O restante território corresponde aos territórios artificializados, matos, espaços descobertos ou com pouca vegetação e massas de água superficiais.
- O concelho encontra-se quase na sua totalidade servida por rede de abastecimento de água pública, sendo exceção alguns alojamentos isolados em que o abastecimento é assegurado com recurso a furos particulares;



- Os constrangimentos atuais prendem-se apenas com a necessidade de promover intervenções de manutenção e conservação, e muito pontualmente com a necessidade de reforço da capacidade das redes e equipamentos existentes;
- O desempenho do sistema de saneamento assistiu a melhorias muito significativas no decurso das últimas décadas, sendo atualmente o serviço prestado muito satisfatório, encontrando-se quase a totalidade dos aglomerados do concelho, exceto São Saturnino, servidos por rede de drenagem e sistema de tratamento de águas residuais;
- A gestão e exploração do sistema de saneamento de águas residuais é intermunicipal e tem-se assistido a crescentes ganhos de eficiência, segundo os dados da ERSAR, em 2021, a acessibilidade física do serviço através de redes fixas era de 90% e a acessibilidade física ao tratamento era de 97%;
- Fronteira destaca-se negativamente pela ausência de rede separativa de águas pluviais;
- A ERSAR indica como indicadores positivos do sistema de saneamento de águas residuais, sem necessidade de melhoria - acessibilidade física do serviço, acessibilidade económica do serviço, ocorrência de inundações, ocorrência de colapsos estruturais em coletores e adequação dos recursos humanos;
- A ERSAR indica como indicadores negativos do sistema de saneamento de águas residuais, a necessitar de clara melhoria - resposta a reclamações e sugestões, cobertura dos gastos e reabilitação de coletores;
- O sistema de recolha de RSU abrange a totalidade da população;
- De acordo com a ERSAR, em 2021, 80% dos alojamentos existentes em Fronteira dispunha de serviço de recolha seletiva (bom nível de acessibilidade física do serviço);
- Em Fronteira, a população que em 2021 efetuava deslocações pendulares (para trabalhar ou estudar) representava 46,1% da população total residente no concelho;
- A proporção de população estudante que sai do concelho é ligeiramente superior à população empregada;
- Comparando com 2011, verifica-se uma contração das deslocações interconcelhias – nesse ano 78% da população de Fronteira deslocava-se no interior do concelho para trabalhar ou estudar – o que reflete uma menor autonomia funcional interna;
- No concelho verifica-se uma elevada dependência do transporte individual;
- A reduzida atratividade do transporte público coletivo, resulta quer da elevada atratividade do transporte individual quer da ausência de uma oferta de transporte público ajustada às atuais dinâmicas sociais e funcionais e que seja capaz de satisfazer as necessidades da comunidade;
- No que respeita o transporte coletivo, 89% da população são estudantes e 11% são trabalhadores;
- Fronteira apenas dispõe de serviço de transporte rodoviário;
- No que respeita o modo pedonal, 81% dos residentes deslocam-se por motivo de trabalho;



- Um grande número de arruamentos urbanos ou não dispõe de passeios ou quando existem possuem largura útil manifestamente insuficiente para que a circulação se faça em condições de conforto e segurança para o peão;
- Foram implementados dois circuitos pedonais no concelho na sequência das candidaturas ao Portugal 2020 realizadas no âmbito do PAMUSAA, que garantem a ligação pedonal entre importantes polos funcionais do concelho;
- Em 2021, verificou-se a quase total inexistência de deslocações em que a bicicleta é o principal meio de transporte utilizado - apenas 10 pessoas utilizaram a bicicleta como meio de transporte em Fronteira (todas na freguesia sede de concelho) - 0,76% do total das deslocações;
- Apesar de ao longo dos anos terem vindo a ser feitas intervenções (manutenção e beneficiação) em algumas vias, persistem constrangimentos ao nível quer da acessibilidade (interna e externa), quer das condições estruturais e funcionamento da rede rodoviária;
- A dispersão territorial e o grau de cobertura proporcionado pela rede municipal são bastante satisfatórias atendendo ao facto da generalidade da população se concentrar em quatro aglomerados urbanos e das principais funções urbanas se encontrarem instaladas em Fronteira e Cabeço de Vide, ambas servidas por vias de nível superior;
- A rede municipal é composta por estradas nacionais desclassificadas (e transferidas para a jurisdição da Autarquia), estradas municipais (EM), caminhos municipais (CM) e vias não classificadas - a maior parte apresenta dimensões adequadas às características do tráfego que nelas circula e à sua inserção territorial, pese embora ocorram troços de perfil transversal reduzido, que em situações de maior fluxo viário poderão constituir um constrangimento à circulação;
- Fronteira tem vindo a promover ações de manutenção e beneficiação da rede viária municipal, fundamentais para a melhoria das condições de circulação e consequente melhoria da mobilidade dos seus utilizadores - ao nível da pavimentação, a intervenção nos nós e cruzamentos com a construção de rotundas, colocação e reforço de sinalização (horizontal e vertical) e intervenções ao nível da iluminação pública;
- Atualmente a conectividade interna encontra-se fortemente condicionada pela interdição e condicionamento de circulação em alguns eixos viários;
- A situação da acessibilidade nacional a Fronteira, é condicionada quer pela sua inserção territorial, quer pelos atrasos na concretização de alguns itinerários da rede rodoviária nacional que deveriam proporcionar ligações mais vantajosas a diversos quadrantes do território nacional asseguradas presentemente por vias que, em parte do seu traçado, não garantem padrões de utilização e mobilidade adequados a estas funções;
- De acordo com o PROTA, Fronteira integra o subsistema rodoviário a norte do Corredor Central (EN245: Alter do Chão – Estremoz ER243: Avis - Campo Maior) - o trânsito encontra-se interdito e/ou condicionado em troços de ambas as vias, o que coloca Fronteira perante uma situação de grande fragilidade ao nível da conectividade intermunicipal, com elevados prejuízos para as suas populações e atividades.



FCD3 – DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA E IDENTIDADES

- Principais vetores de especialização economia em 2021: agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca e do comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas;
- Em 2021, Fronteira apresentou uma maior criação de empresas nas atividades ligadas ao setor primário e nas atividades administrativas e dos serviços de apoio;
- 98,4% das empresas concelhias são microempresas (menos de 10 pessoas ao serviço);
- Em 2021, apenas 6 empresas concelhias são pequenas empresas (10-49 empregados) uma é média empresa (50 e 240 empregados);
- Em 2021, a taxa de sobrevivência das empresas nascidas dois anos antes em Fronteira foi de 78%, superior à da região em que se insere.
- O setor turístico em Fronteira tem um desenvolvimento incipiente e pouco expressivo a vários níveis no contexto do Alto Alentejo (representando apenas 1% do turismo da sub-região);
- Fronteira dispõe de apenas quatro empreendimentos turísticos que permitem uma oferta de 24 unidades de alojamento e uma capacidade para 52 pessoas;
- O Alojamento Local no concelho tem registado um enorme crescimento nos últimos 5 anos, estando em 2023 registados 14 alojamentos locais, com um total de 57 unidades de alojamento (quartos) e capacidade para 140 pessoas;
- No concelho de Fronteira existem três monumentos nacionais, seis imóveis de interesse público (três Imóveis de Interesse Público, dois Monumentos de Interesse Público e um Conjunto de Interesse Público) e dois elementos de interesse municipal (onde se inclui a Ponte da Ribeira Grande);
- A todos os imóveis de interesse nacional e de interesse público está associada uma zona geral de proteção (ZGP), com exceção de um para o qual foi delimitada uma zona especial de proteção (ZEP);
- Em vias de classificação localizados no território do concelho de Fronteira encontram-se 30 elementos, incluindo a Estação da CP de Fronteira e 28 elementos associados a valores arqueológicos no contexto do Megalitismo Alentejano.
- No concelho estão identificados vários imóveis que se considera possuírem valor patrimonial: 11 elementos de arquitetura religiosa, 20 elementos de arquitetura civil (pública e privada) e 7 elementos de estruturas de apoio;
- Estão identificadas no concelho de Fronteira cinco Áreas de maior sensibilidade arqueológica e cultural, dois sítios e dois conjuntos urbanos com interesse no concelho;
- No concelho de Fronteira, estão localizados e listados 248 sítios, destacando-se os 28 sítios identificados ao abrigo da abertura do procedimento de classificação do Megalitismo Alentejano;



- A CMF candidatou ao Portugal 2020 um amplo conjunto de projetos, tendo sido financiados 19 candidaturas, os quais foram financiados em 78%;
- O concelho encontra-se predominantemente numa fase de requalificação de espaços públicos e de reabilitação de infraestruturas/equipamentos existentes, ao invés de períodos/quadros comunitários anteriores, em que a preponderância foi a da criação e construção de novas infraestruturas.

FCD4 – DESENVOLVIMENTO HUMANO E GOVERNANÇA

- Em 2021, dos 2858 residentes de Fronteira, 41% dos residentes desenvolviam atividade económica, 49% não possuíam qualquer atividade económica e os restantes 10% eram crianças e jovens até aos 14 anos, ainda fora do mercado de trabalho;
- Nos últimos 10 anos a taxa de desemprego concelhia reduziu 8,8% apesar da taxa de atividade ter evoluído negativamente, correspondendo a uma redução e 3,1%;
- Em Fronteira, tal como no restante território nacional, verifica-se uma terciarização a economia;
- Entre 2011 e 2021, a população ativa empregada no concelho reduziu;
- Em 2021, os quatro ramos que maiores volumes de emprego afetavam e que concentravam mais emprego, eram: a administração pública e defesa; segurança social obrigatória, atividades de saúde humana e apoio social, agricultura, produção animal, caça e floresta, e comércio grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos;
- Em 20 anos a taxa de analfabetismo em Fronteira evoluiu positivamente, de 21,2% para 7%;
- Em 2021, os grupos mais significativos da população ativa correspondiam aos empregados administrativos do comércio e dos serviços, os trabalhadores administrativos do comércio e serviços não qualificados, os operários qualificados e semiquualificado” e os quadros intelectuais e científicos.
- Dos 66 fogos de habitação social, três das habitações sociais da Autarquia, as 15 habitações do IGFSS e as 3 casas habitadas e o fogo desabitado da SCMCV necessitam de obras de reabilitação;
- No município identificam-se 51 famílias que apresentam carências habitacionais;
- Foi realizada e implementada a Estratégia Local de Habitação de Fronteira;
- No município como serviços de apoio à população infantil e jovem encontram-se duas creches e uma unidade de ATL (com disponibilidade para receber mais jovens);
- Os serviços municipais de apoio à terceira idade incluem 2 lares, 2 centros de dia, 3 centros de convívio e é prestado apoio domiciliário a todo o concelho através de duas instituições – a capacidade instalada nestes equipamentos é muito satisfatória (taxa de utilização de 74,3%);
- Em 2023, 29% da população idosa do município de Fronteira recebia apoio social (280 idosos);
- Apesar da boa cobertura existente das valências de apoio à população idosa e de o município ter capacidade para apoiar mais 97 idosos, apenas consegue cobrir uma taxa de cobertura de total de apenas 39% da população com mais de 65 anos;



- Os equipamentos de saúde existentes no concelho enquadram-se exclusivamente no âmbito dos cuidados de saúde primários;
- Em 2020/2021, o concelho apresentou uma evolução positiva no que se refere ao número de médicos e enfermeiros;
- A nível local, a oferta da ULSNA é materializada através da atividade de prestação de cuidados de saúde primários desenvolvida pelo Centro de Saúde de Fronteira, que pertence ao Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) de São Mamede e pelas 3 Extensões de Saúde nas restantes freguesias e uma no lugar de Vale de Seda, os quais globalmente se encontram em razoável/bom estado de conservação;
- Os cuidados de saúde secundários são prestados pelo Hospital Dr. José Maria Grande, em Portalegre, que constitui o hospital de referência para o concelho, encontrando-se a uma distância-tempo de aproximadamente 25 minutos de Fronteira;
- Existem ainda dois hospitais privados relativamente próximos, em Ponte de Sor e em Monforte;
- No concelho encontram-se 2 farmácias nas freguesias de Fronteira e Cabeço de Vide e um Posto Farmacêutico Móvel em Vale Maceiras.
- É disponibilizada à população no website da CMF, uma grande quantidade de informação, de âmbito de gestão municipal (p.e. Requerimentos e Formulários; Comunicação de Ocorrências; Questionário de Satisfação para Cidadãos/Utentes; Urbanismo; Educação e Ação Social, entre outros);
- Fronteira alcançou o 26ª lugar, relativo a 2017, da tabela do Índice de Transparência Municipal (ITM), num total de 308 municípios;
- O esforço da CMF em reforçar e consolidar a proximidade e confiança dos seus Municípios e cidadãos em geral, empresas e instituições, é reconhecido pela sua posição no ranking do ITM, e revela a visão estratégica do município na utilização dos instrumentos de comunicação digital enquanto instrumentos de transparência da sua atuação.

6.2| Principais Oportunidades e Riscos decorrentes da Proposta de Revisão do Plano

As **principais oportunidades a longo prazo** que podem resultar da Proposta de Revisão do PDM de Fronteira são, por FCD:

FCD1 – VULNERABILIDADES E EQUILÍBRIO AMBIENTAL

- Delimitação das áreas sujeitas a riscos e vulnerabilidades ao uso do solo na Planta de Ordenamento – Proteção e Salvaguarda de Valores e Recursos, na Planta de Riscos Naturais e Tecnológicos e na Planta de Condicionantes;



- Contributo da EEM proposta na redução dos efeitos adversos resultantes das alterações climáticas em áreas urbanas e no património natural;
- Contributo da EEM na identificação e delimitação das áreas de riscos, associados às componentes "Corredores ecológicos associados à rede hidrográfica" e "Áreas de risco natural identificadas na Reserva Ecológica Nacional";
- Defesa dos solos com maior aptidão para a produtividade agrícola;
- Defesa das áreas de sobreiro e azinheira enquanto importantes reguladoras do solo, do ciclo da água e da biodiversidade;
- Proteção das áreas de maior sensibilidade ecológica e de maior valor para a conservação dos habitats ribeirinhos;
- Salvaguarda dos recursos hídricos armazenados superficialmente nas Albufeiras dos Pegos da Pedra, do Monte do Meloeiro, do Monte dos Ladrões, do Monte da Ribeira de Vide e do Monte da Azinheira, nas suas componentes quantitativa e qualitativa;
- Proteção dos corredores ecológicos e das respetivas linhas de água e a sua manutenção em rede contínua;
- Proteção de áreas associadas a riscos naturais;
- Salvaguarda das áreas com interesse paisagístico;
- Eficiência na gestão dos recursos hídricos, promovendo o tratamento e a reutilização das águas residuais e pluviais, de acordo com os critérios constantes da legislação e dos planos setoriais vigentes;
- Adoção de soluções paisagísticas que optem pela seleção de espécies vegetais autóctones adaptadas às condições climáticas do local, à reabilitação ambiental e paisagística de áreas que o requeiram e garantam a manutenção dos valores naturais e paisagísticos em presença;
- Criação de incentivos para maiores eficiências energética e hídrica dos edifícios e dos espaços públicos, bem como para a adoção de práticas agrícolas e técnicas de gestão florestal adequadas para uma melhor gestão da disponibilidade de água e maior resiliência, tendo em vista a diminuição da vulnerabilidade às ondas de calor e de frio e às secas;
- Privilegiar a arborização ou rearborização com espécies autóctones, com especial atenção nas galerias ripícolas e zonas ameaçadas pelas cheias;
- Privilegiar a plantação de espécies de folhosas autóctones de baixa combustibilidade, com especial atenção nas zonas de transição entre os espaços florestais e os perímetros urbanos.

FCD2 – QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO E MOBILIDADES

- Redefinição do sistema urbano, integrando de forma efetiva, os aglomerados rurais e urbanos;
- Promoção da conservação, reabilitação e regeneração urbana;
- Contenção da ocupação dispersa no solo rústico;
- Melhoria da qualidade de vida da população;



- Controlo e redução das edificações sem acesso a saneamento básico, através da consolidação das áreas urbanas e contenção e qualificação das áreas dispersas;
- Aproveitamento racional e, sempre que possível das infraestruturas básicas existentes em solo rústico;
- Reforço da hierarquização e organização da rede rodoviária, assegurando uma ligação eficaz ao exterior e cobertura adequada do território municipal garantindo a articulação entre os diversos polos geradores e a respetiva adequação do sistema de acessibilidades à estratégia e ao modelo de desenvolvimento territorial previsto.

FCD3 – DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA E IDENTIDADES

- Formas alternativas de turismo, que potenciem e criem sinergias de desenvolvimento favoráveis à sustentabilidade da atividade humana e à proteção e valorização ambiental, paisagística e patrimonial;
- Contribuição da EEM proposta para promover o património natural e paisagístico e os recursos culturais existentes no concelho, sendo que as atividades recreativas e de lazer, turismo da natureza, turismo cultural e turismo ativo;
- Aposta no desenvolvimento do turismo em espaço rural;
- Promoção do turismo, como forma de contrariar o abandono e degradação do território, permitindo a captação e fixação de população residente;
- Aumento da atratividade e visitantes no concelho;
- Criação de emprego associado ao turismo;
- Oferta de um território inclusivo para a fixação de população e atividades económicas no acesso a equipamentos, serviços, mobilidade e infraestruturas;
- Proteção, salvaguarda e valorização do Património Cultural do Concelho;
- Criação de emprego qualificado e redução do desemprego;
- Promoção da equidade e coesão social.

FCD4 – DESENVOLVIMENTO HUMANO E GOVERNANÇA

- Gestão e manutenção da habitação social propriedade da autarquia (48 fogos);
- Disponibilização à população de loteamentos devidamente infraestruturados, face a uma procura que se centraliza na autoconstrução;
- Ações de regeneração e reabilitação urbana;
- Aumento dos índices de qualidade de vida por integração dos cidadãos nos processos de decisão;
- Fixação populacional;
- Desenvolvimento económico e social;



- Promoção e apoio ao desenvolvimento de atividades e à realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;
- Desenvolvimento de uma cultura própria por participação e informação;
- Dinamização e promoção dos projetos por parte da população e dos diferentes agentes de desenvolvimento;
- Notoriedade do território;
- Aumento da adesão participativa através do orçamento participativo.

Os **principais riscos a longo prazo** que podem resultar da Proposta de Revisão do PDM de Fronteira, para cada FCD são:

FCD1 – VULNERABILIDADES E EQUILÍBRIO AMBIENTAL

- Défice de medidas de sustentabilidade ambiental e de adaptação às alterações climáticas, de carácter transversal, em particular, nas obras de edificação;
- Suscetibilidade do concelho à desertificação;
- A não consideração da existência de alguns dos habitats da Rede Natura 2000 constitui um risco à proteção dos valores naturais da área de estudo;
- Ocorrência de acidentes com introdução de substâncias contaminantes no meio hídrico subterrâneo.

FCD2 – QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO E MOBILIDADES

- Concretização lenta das operações de reabilitação urbana, levando a uma maior degradação dessas áreas;
- Eventuais dificuldades de concretização de soluções de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de efluentes em aglomerados dispersos em solo rústico;
- Manutenção deficiente ou mau funcionamento das infraestruturas básicas de abastecimento de água, levando a perdas de água e, ou qualidade deficiente da água para consumo humano;
- Manutenção deficiente ou mau funcionamento das infraestruturas básicas de drenagem e tratamento de águas residuais, originando descargas de efluentes no meio hídrico não conformes com os requisitos regulamentares e conseqüente perigo de contaminação do solo e recursos hídricos;
- Não implantação de redes separativas de águas pluviais;
- Poluição dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos provocada por descargas não controladas de fontes pontuais (como indústrias, instalações agropecuárias e ETARs) e por fontes difusas, como as atividades agrícolas e pecuárias;



- Deficiente cobertura e oferta de transporte público regular no concelho, aumentando o isolamento da população e a dificuldade no acesso aos serviços, principalmente para a população idosa.

FCD3 – DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA E IDENTIDADES

- Risco de sobrecarga turística sobre zonas de sensibilidade paisagística e ambiental elevada;
- Massificação do turismo, com afastamento de um produto de baixa densidade e de maior qualidade;
- Eventual afetação do património cultural devido a intervenções em meio terrestre, por incumprimento total ou parcial do estipulado no Regulamento do PDM, ou noutros documentos de âmbito municipal em que a salvaguarda do património seja um objetivo.

FCD4 – DESENVOLVIMENTO HUMANO E GOVERNANÇA

- Concretização lenta das operações de reabilitação urbana, levando a uma maior degradação dessas áreas;
- População enquanto barreira à concretização do desenvolvimento;
- Insatisfação populacional.



7 | MEDIDAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

Apresentam-se seguidamente as diretrizes para o planeamento e gestão, para cada FCD, constituindo formas para potenciar as oportunidades identificadas e reduzir ou evitar alguns riscos potenciais inerentes ao modelo territorial proposto, considerados mais relevantes no âmbito da presente AAE.

Quadro 1 – Medidas de planeamento e gestão para o FCD1 – Vulnerabilidades e Equilíbrio Ambiental

FCD1 – Vulnerabilidades e Equilíbrio Ambiental (Medidas)
<ul style="list-style-type: none">–Área afeta à Estrutura Ecológica Municipal (EEM) no concelho (ha; %).–Adotar boas práticas de gestão de água na agricultura e promover a instalação de sistemas produtivos com maior eficiência hídrica e/ou mais resistentes às elevadas temperaturas.–Utilização de origens alternativas de água para garantir disponibilidade de água, sem sobrecarga dos recursos naturais em períodos de escassez.–Manutenção do uso do solo em zonas de relevante interesse para as aves estepárias, promovendo áreas abertas de culturas temporárias de sequeiro.–Promover a floresta de proteção em zonas de acentuado declive e, conseqüentemente com elevado risco de erosão do solo; em áreas integradas na tipologia de REN Áreas de instabilidade de vertentes, bem como em povoamentos densos de quercíneas.–Promover a conservação ou regeneração (com espécies autóctones) das galerias ripícolas nas margens dos cursos de água e dos planos de água, e simultaneamente a eliminar as espécies exóticas invasoras.–Promover a exploração agrícola ou silvopastoril em regime extensivo nas áreas onde há registo da ocorrência de espécies ameaçadas.

Quadro 2 – Medidas de planeamento e gestão para o FCD2 – Qualificação do Território e Mobilidades

FCD2 – Qualificação do Território e Mobilidades (Medidas)
<ul style="list-style-type: none">–Assegurar a concretização da implementação de infraestruturas básicas, bem como o seu correto funcionamento ao longo do seu tempo de vida útil, promovendo ações de requalificação e reforço.–Assegurar a concretização e a manutenção das áreas verdes e dos espaços públicos.

Quadro 3 – Medidas de planeamento e gestão para o FCD3 – Diversificação Económica e Identidades

FCD3 – Diversificação Económica e Identidades (Medidas)
<ul style="list-style-type: none">–Garantir a implementação de ações de envolvimento da população na preservação e proteção dos recursos naturais.– Assegurar o incentivo à instalação de empresas agrícolas e florestais com modos de produção sustentável e de atividades turísticas que contribuam para a otimização dos serviços dos ecossistemas.– Dinamizar parcerias público-privadas para a valorização do património e identidade cultural do concelho.– Adotar uma estratégia de dinamização cultural mais ampla, que aborde outras valências culturais para além do património edificado (p.e. identidade rural, relação com a frente ribeirinha/interior).– Evitar a proliferação de iniciativas turísticas em meio rural sem garantia de viabilidade económica e ambiental, nomeadamente através de uma oferta turística diferenciadora e de qualidade, enquadrada paisagisticamente com o meio rural envolvente, e do estabelecimento de relações económicas e sociais com as comunidades locais, com vista ao aproveitamento das suas especificidades próprias, e que promovam os recursos, os valores e a identidade locais.

Quadro 4 – Medidas de planeamento e gestão para o FCD4 – Desenvolvimento Humano e Governança

FCD4 – Desenvolvimento Humano e Governança (Medidas)
<ul style="list-style-type: none">–Fomentar o envolvimento da sociedade e dotar a população de um papel ativo nos processos de desenvolvimento e decisórios.–Apostar na modernização administrativa (licenciamento, fiscalização, gestão do investimento, gestão dos recursos).



8 | INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO

Os principais indicadores de monitorização propostos pela AAE são:

- Número de zonas críticas de risco identificadas (nº; ha);
- Percentagem de alteração do uso do solo por zonas críticas (zonas de reprodução, abrigos, colónias, zonas de alimentação, zonas de dispersão, e.g.) (%);
- Área afeta à Estrutura Ecológica Municipal (EEM) no concelho (ha; %);
- Percentagem de solo impermeabilizado (%);
- Área florestal ardida (nº de ocorrências; ha; %);
- Evolução do n.º de indivíduos das várias espécies de aves estepárias (nº);
- Espécies de fauna e flora com estatuto de ameaça (nº e tipo);
- Evolução das populações de fauna e flora (descrição e ha);
- Alteração do estado de conservação de habitats naturais semelhantes aos da Diretiva Habitats (descrição);
- Evolução da área afetada por espécies invasoras, sobretudo ao longo das linhas de água (ha);
- Número de explorações agroflorestais por tipologia (nº; ha);
- Taxas de cobertura das redes de infraestruturas básicas (%);
- Número de intervenções realizadas para a melhoria da eficiência das redes (nº);
- Licenciamentos de novas habitações vs. recuperações/ampliações (%);
- Evolução da taxa de cobertura de transportes públicos municipais (%);
- Número de intervenções (por tipologia) no espaço público e privado no âmbito do conceito de acessibilidades para todos (nº);
- Taxa de ocupação de alojamentos turísticos, por tipologia (%);
- Taxa de sazonalidade turística (%);
- Número de visitantes em espaços naturais, culturais e recreativos (nº);
- Elementos patrimoniais arqueológicos e arquitetónicos classificados ou em vias de classificação (nº);
- Imóveis ou conjuntos com interesse patrimonial alvo de operações urbanísticas com vista a sua valorização e recuperação (nº);
- Taxa de atividade e desemprego (%);
- Farmácias e postos farmacêuticos móveis (nº);
- Investimento municipal em inclusão social (€);
- Fogos construídos e adquiridos pelo Município destinados ao mercado de venda e renda resolúvel a custos acessíveis, renda acessível (nº);
- Fogos contruídos pelo município com apoio do 1º Direito destinados ao realojamento de famílias (nº).



9 | CONCLUSÃO SOBRE O DESEMPENHO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE DA PROPOSTA DE PLANO

A AAE procurou assumir um papel de alerta e facilitador do processo de elaboração da Revisão do PDM de Fronteira sobre os aspetos que são importantes para o ambiente e para a sustentabilidade. Através da identificação dos Fatores Críticos para a Decisão, a AAE incidiu sobre quatro aspetos temáticos que se consideram pertinentes para o desenvolvimento do concelho de Fronteira:

- **Vulnerabilidades e Equilíbrio Ambiental**, através da delimitação de zonas de risco e salvaguarda da ocupação antrópica presente e futura, bem como na adaptação às alterações climáticas, mediante regulamentação de interdição e/ou condicionalismos à ocupação urbana e utilizações, por tipologia de risco; da proibição de usos e ocupações no solo rústico e urbano que degradem a qualidade do ambiente e da exigência de infraestruturação básica associada às novas construções, controlando e reduzindo as fontes de poluição presentes e futuras no concelho; da consolidação das áreas urbanas, evitando a dispersão do edificado e contribuindo para uma economia do solo e redução das infraestruturas sem acesso a saneamento básico; da aposta em fontes de energia alternativas; do incremento da eficiência energética; e da promoção de modos suaves, como forma de combate às alterações climáticas e gestão sustentável dos recursos naturais.
- **Qualificação do Território e Mobilidades**, através do aumento da atratividade ao concelho, que evidencia maior fragilidade e menor densidade populacional na região do Algarve, promovendo, o equilíbrio e coerência do território, a articulação rural-urbana e a contenção da fragmentação territorial; da estratégia municipal de reabilitação e regeneração urbana; do controlo e redução das infraestruturas sem acesso a saneamento básico; da hierarquização da rede rodoviária e promoção da mobilidade ativa, desincentivando o uso do transporte individual; no aproveitamento das potencialidades dos recursos e produtos endógenos; e da aposta na multifuncionalidade do solo rústico, permitindo a criação de valor e fixação da população no concelho, e contrariando a degradação e o crescente abandono do meio rural e da atividade agrícola.
- **Diversificação Económica e Identidades**, através da definição de uma EEM, como instrumento de planeamento ambiental e de ordenamento territorial, garantindo a preservação e salvaguarda de áreas essenciais para a manutenção dos serviços de ecossistemas; da aposta na multifuncionalidade do solo rústico, como forma de preservação dos recursos existentes, contrariando o seu abandono e degradação; da preservação do património cultural e valorização funcional enquanto elemento produtor de riqueza para o concelho; do desenvolvimento do turismo, aumentando a atratividade e visitantes no concelho; e da estratégia de desenvolvimento local, que visa potenciar o crescimento turístico do concelho, apostando nos seus recursos/produtos endógenos únicos, contribuindo para fixar atividades económicas e população no território.



– **Desenvolvimento Humano e Governança**, através da promoção da participação e discussão pública no decurso de desenvolvimento do PDM e na avaliação do estado de implementação do Plano e das dinâmicas de ordenamento e desenvolvimento do território (fase de seguimento); da gestão adaptativa e resiliente do território; da oferta de um território inclusivo para a fixação de população e atividades económicas, contribuindo para a redução do desemprego e pobreza, bem como o aumento dos níveis de escolaridade da população residente; da mitigação das carências habitacionais existentes, especialmente da população mais desfavorecida; e da promoção da equidade e coesão social, principalmente na melhoria do acesso a equipamentos/serviços pela população mais idosa.

A AAE foi realizada considerando os objetivos estratégicos da proposta de Revisão do PDM, bem como o conjunto de fatores inerentes e subjacentes à classificação e qualificação do solo, que consubstanciam o modelo territorial, e as medidas que operacionalizam a proposta através do programa de execução, gerando uma análise de compatibilidades e de conflitos entre objetivos ambientais e de sustentabilidade, oportunidades e riscos para o desenvolvimento de diretrizes para apoiar a implementação da revisão do PDM de Fronteira.

Relativamente à avaliação das alternativas propostas, conclui-se que o cenário preferencial para a proposta de PDM de Fronteira (mais do que escolhido) é o mais ambicioso, e onde se pretende alcançar. No entanto, o resultado será provavelmente um meio termo entre o cenário “Integração Competitiva” e o cenário “Continuidade Enriquecida”.

Em conclusão, a Proposta de Revisão do PDM de Fronteira integra um conjunto de orientações do ponto de vista ambiental e de sustentabilidade significativos, estabelecendo as condições necessárias para acomodar futuras propostas de desenvolvimento. No entanto, subsistem situações que, não sendo objeto de uma devida e acutelada implementação, podem pôr em risco, a sustentabilidade do concelho. Neste âmbito, a presente AAE alerta para as principais situações de risco e apresenta um conjunto de recomendações, as quais, se foram internalizadas na Proposta, irão contribuir para a eliminação e/ou minimização das ameaças identificadas.